

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

tizar em Portugal são em geral rentáveis, o mesmo não se podendo dizer sobre os termos da nacionalização recente do BPN. A justificação em termos de superioridade do setor privado na gestão empresarial – os gestores públicos não teriam os incentivos e o controlo adequados por parte de um poder político efêmero – é igualmente problemática, até porque algumas das empresas públicas nacionais foram adquiridas por empresas públicas estrangeiras.

O ciclo de venda de empresas públicas, iniciado no final da década de 1980, começou nas cervejas e poderá acabar na água. Muitas destas empresas tinham sido nacionalizadas ou criadas pelo regime democrático, outras já eram públicas antes de 1974. O processo português de privatizações, que (re)construiu grupos económicos com poder político, foi um dos mais intensos na Europa e é indissociável de uma tendência global, embora desigual, que fez com que o peso da produção das empresas públicas no PIB global tivesse passado de mais de 10%, em 1979, para menos de 6%, em 2004.

A discussão dos resultados destes processos é, no mínimo, controversa, embora se tenha confirmado a tese de que estes processos de privatização penalizaram os trabalhadores dessas empresas e permitiram a apropriação pelos novos acionistas de significativas rendas, ali onde a concorrência não pode deixar de ser uma ficção regulatória. Entretanto, a esperada melhoria do desempenho económico não ocorreu necessariamente, sobretudo em setores produtores de bens homogêneos, casos da eletricidade, onde as empresas públicas se revelaram sempre mais eficientes. Para além disso, os elementos de serviço público, de criação de emprego e de satisfação redistributiva de necessidades sociais, subjacentes a muitas empresas públicas e que tornam os exercícios comparativos em termos de eficiência muito difíceis, foram postos em causa.

João Rodrigues

Produtividade

Diz-se da produtividade que é a qualidade do que é produtivo, rentável ou lucrativo. Não havendo produtividade sem fator trabalho, isso significa que a produtividade corresponde à quantidade de trabalho necessária para produzir unidades de um determinado bem. Assim sendo, mede-se a produtividade através do produto interno bruto de um país por pessoa ativa. Mas a produtividade é condicionada por outros fatores além do fator trabalho,

nomeadamente: máquinas, tecnologias utilizadas, formas de organização do trabalho, processos de gestão, cadeias de valor, marca, condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

Não obstante alguns estudos assinalarem o elevado número de horas por dia trabalhadas em Portugal (1.^a posição entre os países da OCDE), a baixa produtividade do trabalho face à média da UE tem sido apontada como um aspeto central a corrigir e que se explica, em parte, pela existência de segmentos produtivos com baixa incorporação de valor; por recursos humanos pouco qualificados; ou pelo peso da economia informal, entre outros fatores.

Não surpreende que o discurso político hoje dominante veja no aumento da produtividade à custa do fator trabalho a solução para vencer a crise, alcançar a competitividade e o crescimento económico. A questão está, porém, no facto de não ser possível vencer a crise sem disponibilizar ao “elemento humano” (i.e., as pessoas que de facto trabalham) os outros fatores atrás mencionados, bem como condições de motivação (retribuições justas, condições de vida dignas, boas relações com colegas e chefias, autoestima/bem-estar no trabalho, etc.) que são, em si mesmas, fator de melhoria de produtividade, mas também devem constituir-se como sistema de recompensa. A produtividade não pode, pois, obedecer apenas aos imperativos da política e da economia, mas sobretudo às expectativas das pessoas que desenvolvem os mais variados tipos de atividades e profissões. Daí que, num cenário adverso e de imposição de austeridade, seja mais difícil ser produtivo.

Hermes Augusto Costa

Promessa

A Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, ao proclamarem que «os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos», anunciaram ao Mundo uma promessa de transformação política, jurídica e social da modernidade, ainda não integralmente cumprida. Este desígnio aparentemente utópico vem fazendo o seu caminho desde o séc. XVIII, desenvolvendo e consolidando os regimes políticos democráticos, abolindo a escravatura e contribuindo para a construção, em curso, de um princípio político, jurídico e social de igualdade, com vista a uma democratização das relações sociais (de família, de género, de trabalho, etc.). Esta promessa visa realizar no séc. XXI a construção de uma igualdade efetiva entre os humanos, no combate às desigualdades, em que todos